



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2985235 - MT (2025/0252090-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : EMANUEL PINHEIRO
ADVOGADO : MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO - PR083616
INTERES. : GILMAR DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO : ARTUR BARROS FREITAS OSTI - MT0183350
INTERES. : MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRADO REGIMENTAL. PROVA DIGITAL EXTRAÍDA DE CELULARES. OPERAÇÃO CAPISTRUM. CADEIA DE CUSTÓDIA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE AFIRMA TER HAVIDO DOCUMENTAÇÃO DA ARRECADAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ANÁLISE DOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DOS PONTOS ESPECÍFICOS IMPUGNADOS PELA DEFESA. RESPONSÁVEL PELA EXTRAÇÃO, MÉTODO, DATA, INTEGRALIDADE DO CONTEÚDO TRANSFERIDO E ORIGEM DA ANÁLISE. ÔNUS DO ESTADO DE DEMONSTRAR A CONFIABILIDADE DA PROVA DIGITAL. DÉFICIT DE FUNDAMENTAÇÃO. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PARA NOVO JULGAMENTO. AGRADO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo regimental interposto contra decisão que conheceu agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, anulando o acórdão recorrido e determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento quanto à admissibilidade de prova digital extraída de celulares apreendidos na Operação Capistrum, à luz dos parâmetros da cadeia de custódia.
2. Fato relevante. A defesa alegou inadmissibilidade dos dados dos Relatórios Técnicos n. 005/2022 e 009/2023 por ausência de indicação do responsável pela extração, do método empregado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise (aparelhos ou HD externo), sustentando contaminação das provas derivadas. O acórdão de origem afastou a nulidade, atribuindo à defesa o ônus de demonstrar adulteração ou prejuízo e referindo genericamente a integridade do material.
3. Decisão anterior. A decisão agravada concluiu haver déficit de fundamentação sobre a cadeia de custódia da prova digital, afirmando ser ônus do Estado demonstrar a integridade e autenticidade dos vestígios e determinando a anulação do acórdão de apelação para novo julgamento à luz dos arts. 157, § 1º, 158 e 158-A a 158-F do CPP.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há duas questões em discussão: (i) definir se a decisão agravada deve ser reconsiderada diante das alegações de incidência das Súmulas 182/STJ e 7/STJ e da orientação jurisprudencial

segundo a qual a quebra da cadeia de custódia, sem elementos de adulteração, manipulação ou prejuízo concreto, não conduz automaticamente à nulidade da prova; e (ii) estabelecer se o acórdão recorrido enfrentou adequadamente a alegação defensiva de quebra da cadeia de custódia da prova digital, especialmente quanto à ausência de indicação do responsável pela extração, do método utilizado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. A parte agravante não apresenta argumentos suficientes para alterar a decisão agravada.
6. O Tribunal de origem afirma que a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual documentaram os atos praticados na arrecadação, armazenamento e análise dos eletrônicos apreendidos, com a apresentação de garantias de que o conteúdo permaneceu íntegro enquanto esteve sob custódia policial.
7. O acórdão recorrido registra que os relatórios técnicos indicam os lacres em que acondicionados os celulares, o modelo, o número de série e o IMEI dos aparelhos, o chip e a operadora utilizada, os dados cadastrais de seus proprietários, bem como informações relativas a aplicativos, contas de usuário, chamadas, contatos telefônicos, localizações, mensagens e mídias.
8. O Tribunal de origem também assenta que a defesa não nega a autenticidade dos elementos informativos encontrados nos smartphones, não aponta qual informação teria sido manipulada e não demonstra inconsistência das fontes, adulteração ou falta de cautela no manuseio dos registros.
9. Apesar dessas afirmações, o acórdão recorrido não enfrenta o ponto decisivo suscitado pela defesa: a ausência de indicação do responsável pela extração, do método empregado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise, isto é, se realizada diretamente a partir dos aparelhos apreendidos ou de HD externo.
10. A controvérsia não se limita à existência de relatórios técnicos ou à presença de dados extraídos dos aparelhos, mas envolve saber se esses relatórios permitem reconstruir o percurso pelo qual a prova digital foi obtida, preservada e analisada.
11. O Estado tem o ônus de demonstrar a confiabilidade da fonte probatória, não sendo admissível presumir que o conteúdo analisado corresponde ao conteúdo apreendido, que a extração foi completa, que o método empregado era idôneo ou que o material examinado teve origem nos próprios aparelhos.
12. A transferência ao acusado do ônus de demonstrar o efetivo comprometimento da cadeia de custódia converte em presunção aquilo que deve ser demonstrado pelo Estado.
13. O déficit de fundamentação impede o controle da instância superior sobre a admissibilidade da prova digital, pois permanece sem resposta a questão sobre a correspondência entre o conteúdo apreendido e aquele posteriormente utilizado no processo.
14. O Tribunal de origem deve realizar novo julgamento, explicitando, a partir do que consta dos autos, o procedimento de arrecadação e extração dos dados, a preservação da integridade e da autenticidade dos vestígios digitais e as consequências de eventual imprestabilidade para o conjunto probatório.

IV. DISPOSITIVO E TESE

15. . Resultado do Julgamento: Agravo regimental improvido, mantida a anulação do acórdão recorrido para novo julgamento pelo Tribunal de origem quanto à admissibilidade da prova digital, observados os parâmetros da cadeia de custódia.

Tese de julgamento:

1. A existência de relatórios técnicos sobre aparelhos celulares apreendidos não basta, por si só, para demonstrar a confiabilidade da prova digital quando não enfrentadas as impugnações específicas sobre extração, método, data, integralidade e origem da análise. 2. O Estado-acusação tem o ônus de demonstrar a integridade, a autenticidade e a rastreabilidade da prova digital que apresenta. 3. O acórdão que afasta a alegação de quebra da cadeia de custódia sem examinar se os autos permitem reconstruir o percurso de obtenção, preservação e análise da prova digital apresenta déficit de fundamentação. 4. A insuficiência de fundamentação quanto à cadeia de custódia da prova digital impõe a anulação do acórdão recorrido para novo julgamento pela instância de origem.

Dispositivos relevantes citados:

CPP, art. 157, § 1º; CPP, art. 158; CPP, arts. 158-A a 158-F

Jurisprudência relevante citada:

STJ, Súmulas 7 e 182; STJ, AgRg no RHC n. 125.733/SP, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, j. 23.11.2021, DJe 26.11.2021; STJ, AgRg no RHC n. 143.169/RJ, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Rel. p/ acórdão Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, j. 07.02.2023, DJe 02.03.2023; STJ, AgRg no HC n. 828.054/RN, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, j. 23.04.2024, DJe 29.04.2024; STJ, AREsp n. 2.967.413/RS, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, j. 09.12.2025, DJEN 16.12.2025.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Messod Azulay Neto e Maria Marluce Caldas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Marluce Caldas.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 09 de junho de 2026.

Ministro Ribeiro Dantas
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2985235 - MT (2025/0252090-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : EMANUEL PINHEIRO
ADVOGADO : MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO - PR083616
INTERES. : GILMAR DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO : ARTUR BARROS FREITAS OSTI - MT0183350
INTERES. : MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRADO REGIMENTAL. PROVA DIGITAL EXTRAÍDA DE CELULARES. OPERAÇÃO CAPISTRUM. CADEIA DE CUSTÓDIA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE AFIRMA TER HAVIDO DOCUMENTAÇÃO DA ARRECADAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ANÁLISE DOS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DOS PONTOS ESPECÍFICOS IMPUGNADOS PELA DEFESA. RESPONSÁVEL PELA EXTRAÇÃO, MÉTODO, DATA, INTEGRALIDADE DO CONTEÚDO TRANSFERIDO E ORIGEM DA ANÁLISE. ÔNUS DO ESTADO DE DEMONSTRAR A CONFIABILIDADE DA PROVA DIGITAL. DÉFICIT DE FUNDAMENTAÇÃO. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PARA NOVO JULGAMENTO. AGRADO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agrado regimental interposto contra decisão que conheceu agrado para dar parcial provimento ao recurso especial, anulando o acórdão recorrido e determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento quanto à admissibilidade de prova digital extraída de celulares apreendidos na Operação Capistrum, à luz dos parâmetros da cadeia de custódia.

2. Fato relevante. A defesa alegou inadmissibilidade dos dados dos Relatórios Técnicos n. 005/2022 e 009/2023 por ausência de indicação do responsável pela extração, do método empregado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise (aparelhos ou HD externo), sustentando contaminação das provas derivadas. O acórdão de origem afastou a nulidade, atribuindo à defesa o ônus de demonstrar adulteração ou prejuízo e referindo genericamente a integridade do material.

3. Decisão anterior. A decisão agravada concluiu haver déficit de fundamentação sobre a cadeia de custódia da prova digital, afirmando ser ônus do Estado demonstrar a integridade e autenticidade dos vestígios e determinando a anulação do acórdão de apelação para novo julgamento à luz dos arts. 157, § 1º, 158 e 158-A a 158-F do CPP.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há duas questões em discussão: (i) definir se a decisão agravada deve ser reconsiderada diante das alegações de incidência das Súmulas 182/STJ e 7/STJ e da orientação jurisprudencial segundo a qual a quebra da cadeia de custódia, sem elementos de adulteração, manipulação ou prejuízo concreto, não conduz automaticamente à nulidade da prova; e (ii) estabelecer se o acórdão recorrido enfrentou adequadamente a alegação defensiva de quebra da cadeia de custódia da prova digital, especialmente quanto à ausência de indicação do responsável pela extração, do método utilizado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. A parte agravante não apresenta argumentos suficientes para alterar a decisão agravada.

6. O Tribunal de origem afirma que a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual documentaram os atos praticados na arrecadação, armazenamento e análise dos eletrônicos apreendidos, com a apresentação de garantias de que o conteúdo permaneceu íntegro enquanto esteve sob custódia policial.

7. O acórdão recorrido registra que os relatórios técnicos indicam os lacres em que acondicionados os celulares, o modelo, o número de série e o IMEI dos aparelhos, o chip e a operadora utilizada, os dados cadastrais de seus proprietários, bem como informações relativas a aplicativos, contas de usuário, chamadas, contatos telefônicos, localizações, mensagens e mídias.

8. O Tribunal de origem também assenta que a defesa não nega a autenticidade dos elementos informativos encontrados nos smartphones, não aponta qual informação teria sido manipulada e não demonstra inconsistência das fontes, adulteração ou falta de cautela no manuseio dos registros.

9. Apesar dessas afirmações, o acórdão recorrido não enfrenta o ponto decisivo suscitado pela defesa: a ausência de indicação do responsável pela extração, do método empregado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise, isto é, se realizada diretamente a partir dos aparelhos apreendidos ou de HD externo.

10. A controvérsia não se limita à existência de relatórios técnicos ou à presença de dados extraídos dos aparelhos, mas envolve saber se esses relatórios permitem reconstruir o percurso pelo qual a prova digital foi obtida, preservada e analisada.

11. O Estado tem o ônus de demonstrar a confiabilidade da fonte probatória, não sendo admissível presumir que o conteúdo analisado corresponde ao conteúdo apreendido, que a extração foi completa, que o método empregado era idôneo ou que o material examinado teve origem nos próprios aparelhos.

12. A transferência ao acusado do ônus de demonstrar o efetivo comprometimento da cadeia de custódia converte em presunção aquilo que deve ser demonstrado pelo Estado.

13. O déficit de fundamentação impede o controle da instância superior sobre a admissibilidade da prova digital, pois permanece sem resposta a questão sobre a correspondência entre o conteúdo apreendido e aquele posteriormente utilizado no processo.

14. O Tribunal de origem deve realizar novo julgamento, explicitando, a partir do que consta dos autos, o procedimento de arrecadação e extração dos dados, a preservação da integridade e da autenticidade dos vestígios digitais e as consequências de eventual imprestabilidade para o conjunto probatório.

IV. DISPOSITIVO E TESE

15. . Resultado do Julgamento: Agravo regimental improvido, mantida a anulação do acórdão recorrido para novo julgamento pelo Tribunal de origem quanto à admissibilidade da prova digital, observados os parâmetros da cadeia de custódia.

Tese de julgamento:

1. A existência de relatórios técnicos sobre aparelhos celulares apreendidos não basta, por si só, para demonstrar a confiabilidade da prova digital quando não enfrentadas as impugnações específicas sobre extração, método, data, integralidade e origem da análise. 2. O Estado-acusação tem o ônus de demonstrar a integridade, a autenticidade e a rastreabilidade da prova digital que apresenta. 3. O acórdão que afasta a alegação de quebra da cadeia de custódia sem examinar se os autos permitem reconstruir o percurso de obtenção, preservação e análise da prova digital apresenta déficit de fundamentação. 4. A insuficiência de fundamentação quanto à cadeia de custódia da prova digital impõe a anulação do acórdão recorrido para novo julgamento pela instância de origem.

Dispositivos relevantes citados:

CPP, art. 157, § 1º; CPP, art. 158; CPP, arts. 158-A a 158-F

Jurisprudência relevante citada:

STJ, Súmulas 7 e 182; STJ, AgRg no RHC n. 125.733/SP, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, j. 23.11.2021, DJe 26.11.2021; STJ, AgRg no RHC n. 143.169/RJ, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Rel. p/ acórdão Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, j. 07.02.2023, DJe 02.03.2023; STJ, AgRg no HC n. 828.054/RN, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, j. 23.04.2024, DJe 29.04.2024; STJ, AREsp n. 2.967.413/RS, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, j. 09.12.2025, DJEN 16.12.2025.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** contra decisão que conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de anular o acórdão recorrido, com a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que proceda a novo julgamento.

Em suas razões recursais, a parte recorrente sustenta o cabimento e a tempestividade do agravo, bem como a incidência da Súmula 182/STJ, pois a defesa não teria impugnado o fundamento da inadmissão referente à consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte sobre cadeia de custódia. Acrescenta a incidência da Súmula 7/STJ, ao argumento de ser inviável reconhecer a atipicidade das condutas sem revolvimento do conjunto fático-probatório. Aduz, por fim, ser firme a orientação do STJ no sentido de a alegada quebra da cadeia de custódia, desacompanhada de elementos indicativos de adulteração, manipulação ou prejuízo concreto, não conduzir automaticamente à inadmissibilidade ou à nulidade da prova.

Requer, assim, a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do agravo interno pelo colegiado competente.

É o relatório.

VOTO

A decisão agravada deve ser mantida, pois a parte agravante não trouxe argumentos suficientes para sua alteração.

Primeiramente, não procede a alegação do Ministério Público quanto à incidência da Súmula 182/STJ. A leitura da petição do agravo evidencia que a parte agravada impugnou, de forma específica e suficiente, os fundamentos utilizados na decisão de inadmissibilidade do recurso especial, afastando a deficiência de dialeticidade recursal apontada pelo órgão ministerial.

Nem se aplica ao caso a Súmula 7/STJ, pois nada impede que, baseando-se na própria fundamentação do acórdão, este Tribunal reveja as consequências jurídicas dela decorrentes, o que corresponde a possível reavaliação dos fatos. Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONTINUIDADE DELITIVA. QUANTUM DE AUMENTO. REEXAME DE PROVA. DESNECESSIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente, cumpre destacar que o exame da controvérsia prescinde do reexame de provas, sendo suficiente a mera reavaliação de fatos incontroversos, expressamente descritos na sentença e no acórdão recorrido. Portanto, não há falar em contrariedade ao que dispõe o enunciado da Súmula 7 desta Corte.

2. Com efeito, a partir da mera leitura dos elementos expressamente delineados no acórdão objurgado, é possível aferir o equívoco cometido pelo Tribunal de origem, que reformou a sentença de primeiro grau de jurisdição, para aplicar o percentual mínimo de aumento da reprimenda, prevista no art. 71 do Código Penal.

[...]

5. Agravo regimental não provido".

(AgRg no REsp n. 1.880.036/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 9/12/2020, DJe de 14/12/2020.)

Referente à inadmissibilidade dos dados extraídos de celulares apreendidos na Operação Capistrum, pois os Relatórios Técnicos n. 005/2022 e 009/2023 não indicariam o responsável pela extração, o método utilizado, a data do procedimento, a integralidade do conteúdo transferido nem a origem da análise, se derivada dos aparelhos ou de HD externo, circunstância apta, na defesa, a contaminar também as provas derivadas, o tribunal de origem se manifestou nos termos abaixo:

"3. Da pretensa nulidade probatória por quebra da cadeia custódia:

Malgrado a defesa do denunciado EMANUEL PINHEIRO suscite a nulidade probatória por quebra da cadeia de custódia ao impugnar os Relatórios Técnicos n.º 005/2022 e n.º 009/2023 ao argumento de que deles não constam informações sobre quem fez a extração de dados dos celulares apreendidos do gestor municipal e de seu Chefe de Gabinete, nem o método utilizado, a data e se foi possível transferir a integralidade do conteúdo, lançando dúvida a respeito de "o Relatório Técnico ter sido produzido a partir do HD externo [no qual armazenados os dados extraídos dos celulares ", cogitando, a partir daí, a possibilidade apreendidos] ou diretamente a partir dos celulares apreendidos de contaminação ou adulteração de dados; não há indícios concretos e factíveis quanto à interferência e manipulação das provas.

No caso dos autos, a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual documentaram os atos praticados na arrecadação, armazenamento e análise dos eletrônicos apreendidos,

preocupando-se em apresentar garantias de que seu conteúdo permaneceu íntegro enquanto esteve sob a custódia policial, tendo o consignado em sua manifestação disponível no ID 216232182, que “Parquet os **relatórios técnicos trazem informes sobre os lacres nos quais acondicionados os celulares, o modelo, número de série e IMEI dos aparelhos, o chip e operadora utilizada, dados cadastrais de seus proprietários, bem como sobre seus respectivos conteúdos, datas de criação, recepção e/ou recepção, remetentes e destinatários, aqui compreendidos aplicativos, contas de usuário, chamadas e contatos telefônicos, localizações, mensagens, mídias, e etc.**”.

Na hipótese, a Defesa do senhor Prefeito não nega a autenticidade dos elementos informativos encontrados nos dos denunciados, **tampouco aponta qual informação teria sido smartphones manipulada, não cuidando em demonstrar eventual inconsistência das fontes, ou em que medida houve adulteração ou falta de cautela no manuseio dos registros constantes dos aparelhos eletrônicos**, sendo certo que a jurisprudência edificada a respeito do tema consolidou o entendimento de que caberia à defesa demonstrar eventual comprometimento da cadeia de custódia, afinal, “[n]ão se acolhe alegação de quebra na cadeia de custódia quando vier desprovida de qualquer outro elemento que indique adulteração ou manipulação das provas em desfavor das teses da defesa, porquanto demandaria extenso ” (revolvimento de material probatório. STJ –AgRg no RHC n. 125.733/SP, relator Ministro Antonio). Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 23/11/2021, D Je de 26/11/20221).

[...]

Segundo o disposto no art. 158-A do CPP, “Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu ”, o que quer dizer que o instituto da quebra da cadeia de custódia refere-sereconhecimento até o descarte à idoneidade do caminho que deve ser percorrido pela prova até sua análise pelo magistrado.

[...].

Ademais, eventual irregularidade na cadeia de custódia não implica, automaticamente, na imprestabilidade da prova, que deve ser analisada pelo juiz natural da causa, de forma conjugada com os demais elementos de convicção, no curso da instrução criminal, pois, a quebra da cadeia de custódia cuida-se, senão, de uma questão relacionada à eficácia da prova, a ser vista em cada caso, motivo por que eventuais irregularidades devem ser observadas pelo juízo ao lado dos demais elementos produzidos na instrução criminal, a fim de decidir se a prova questionada ainda pode ser considerada confiável. Só após essa confrontação é que o magistrado, caso não encontre sustentação na prova cuja cadeia de custódia foi violada, pode retirá-la dos autos ou declará-la nula”.

Com efeito, a Corte estadual, embora tenha afirmado que os relatórios técnicos conteriam informações sobre os lacres utilizados no acondicionamento dos aparelhos celulares, o modelo, o número de série e o IMEI dos dispositivos, o chip e a operadora, os dados cadastrais de seus proprietários, bem como registros atinentes a aplicativos, contas de usuário, chamadas, contatos telefônicos, localizações, mensagens e mídias, não enfrentou o ponto decisivo suscitado pela defesa: **a ausência de indicação do responsável pela extração, do método empregado, da data do procedimento, da integralidade do conteúdo transferido e da origem da análise, isto é, se realizada diretamente a partir dos aparelhos apreendidos ou de HD externo.**

Também não se sustenta a premissa, adotada pelo Tribunal de origem, de que caberia à defesa demonstrar o efetivo comprometimento da cadeia de custódia. Tal compreensão acaba

por converter em presunção aquilo que deveria ser objeto de demonstração pelo Estado. Não se deve presumir, sem averiguação mínima, que a fonte probatória permaneceu íntegra, que o conteúdo analisado corresponde ao conteúdo apreendido, que a extração foi completa, que o método utilizado era idôneo ou que o material examinado teve origem nos próprios aparelhos. Essa forma de raciocínio transfere indevidamente para o acusado o ônus de infirmar uma confiabilidade que, antes de tudo, incumbia à acusação demonstrar.

Essa compreensão corresponde à *ratio decidendi* extraída do AgRg no RHC n. 143.169/RJ, no qual se assentou que, tratando-se de prova digital extraída de equipamentos apreendidos, a ausência de documentação idônea dos atos de arrecadação, preservação, extração e análise dos dados, somada à inexistência de mecanismos objetivos de verificação de integridade, impede afirmar que o material periciado corresponda ao conteúdo originariamente apreendido. Nessa hipótese, a deficiência compromete a mesmidade do corpo de delito e torna inadmissíveis as provas obtidas, bem como as delas derivadas, pois o ônus de demonstrar a confiabilidade da fonte probatória é do Estado, ainda que os fatos sejam anteriores à Lei n. 13.964/2019, uma vez que a exigência de preservação da cadeia de custódia já decorria do art. 158 do CPP. A propósito cito a ementa do aresto paradigma:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO OPEN DOORS. FURTO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO. ACESSO A DOCUMENTOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA. FALHA NA INSTRUÇÃO DO HABEAS CORPUS. CADEIA DE CUSTÓDIA. INOBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS A GARANTIR A INTEGRIDADE DAS FONTES DE PROVA ARRECADADAS PELA POLÍCIA. FALTA DE DOCUMENTAÇÃO DOS ATOS REALIZADOS NO TRATAMENTO DA PROVA. CONFIABILIDADE COMPROMETIDA. PROVAS INADMISSÍVEIS, EM CONSEQUÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO PARA PROVER TAMBÉM EM PARTE O RECURSO ORDINÁRIO.

1. O habeas corpus não foi adequadamente instruído para comprovar as alegações defensivas referentes ao acesso a documentos da colaboração premiada, o que impede o provimento do recurso no ponto.

2. A principal finalidade da cadeia de custódia é garantir que os vestígios deixados no mundo material por uma infração penal correspondem exatamente àqueles arrecadados pela polícia, examinados e apresentados em juízo.

3. Embora o específico regramento dos arts. 158-A a 158-F do CPP (introduzidos pela Lei 13.964/2019) não retroaja, a necessidade de preservar a cadeia de custódia não surgiu com eles. Afinal, a ideia de cadeia de custódia é logicamente indissociável do próprio conceito de corpo de delito, constante no CPP desde a redação original de seu art. 158. Por isso, mesmo para fatos anteriores a 2019, é necessário avaliar a preservação da cadeia de custódia.

4. A autoridade policial responsável pela apreensão de um computador (ou outro dispositivo de armazenamento de informações digitais) deve copiar integralmente (bit a bit) o conteúdo do dispositivo, gerando uma imagem dos dados: um arquivo que espelha e representa fielmente o conteúdo original.

5. Aplicando-se uma técnica de algoritmo hash, é possível obter uma assinatura única para cada arquivo, que teria um valor diferente caso um único bit de informação fosse alterado em alguma etapa da investigação, quando a fonte de prova já estivesse sob a custódia da polícia. Comparando as hashes calculadas nos momentos da coleta e da

perícia (ou de sua repetição em juízo), é possível detectar se o conteúdo extraído do dispositivo foi modificado.

6. É ônus do Estado comprovar a integridade e confiabilidade das fontes de prova por ele apresentadas. É incabível, aqui, simplesmente presumir a veracidade das alegações estatais, quando descumpridos os procedimentos referentes à cadeia de custódia. No processo penal, a atividade do Estado é o objeto do controle de legalidade, e não o parâmetro do controle; isto é, cabe ao Judiciário controlar a atuação do Estado-acusação a partir do direito, e não a partir de uma autoproclamada confiança que o Estado-acusação deposita em si mesmo.

7. No caso dos autos, a polícia não documentou nenhum dos atos por ela praticados na arrecadação, armazenamento e análise dos computadores apreendidos durante o inquérito, nem se preocupou em apresentar garantias de que seu conteúdo permaneceu íntegro enquanto esteve sob a custódia policial. Como consequência, não há como assegurar que os dados informáticos periciados são íntegros e idênticos aos que existiam nos computadores do réu.

8. Pela quebra da cadeia de custódia, são inadmissíveis as provas extraídas dos computadores do acusado, bem como as provas delas derivadas, em aplicação analógica do art. 157, § 1º, do CPP.

9. Agravo regimental parcialmente provido, para prover também em parte o recurso ordinário em habeas corpus e declarar a inadmissibilidade das provas em questão.

(AgRg no RHC n. 143.169/RJ, relator Ministro Messod Azulay Neto, relator para acórdão Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 7/2/2023, DJe de 2/3/2023.)

O ponto, portanto, não era simplesmente saber se havia relatórios técnicos ou se deles constavam dados extraídos dos aparelhos. A controvérsia estava em saber se esses relatórios permitiam reconstruir o percurso pelo qual a prova digital foi obtida e preservada. Ao deixar de enfrentar a alegação de que não se indicaram o responsável pela extração, o método empregado, a fonte examinada e os mecanismos de verificação da integridade do material, o acórdão recorrido tomou como demonstrado justamente aquilo que constituía o objeto da impugnação defensiva: a confiabilidade da prova. Sem esses elementos, a referência à existência de dados extraídos dos celulares não basta para afirmar sua admissibilidade, pois permanece sem resposta a questão decisiva sobre a correspondência entre o conteúdo apreendido e aquele posteriormente utilizado no processo.

Nesse caso, o déficit de fundamentação impede o controle desta Corte sobre a admissibilidade da prova digital. A questão não se resolve pela afirmação genérica de que havia relatórios técnicos, nem pela simples referência ao conteúdo neles descrito. Era necessário que a instância ordinária enfrentasse o ponto efetivamente impugnado no recurso de apelação: se o procedimento documentado nos autos permitia verificar a origem, a integridade, a autenticidade e a rastreabilidade dos vestígios digitais utilizados na persecução penal.

Por isso, na linha da orientação adotada por esta Corte em hipóteses de insuficiência de motivação quanto à cadeia de custódia da prova digital, impõe-se a anulação do acórdão recorrido, com o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento. No novo exame, deverá a Corte local explicitar, a partir do que efetivamente consta dos autos, o procedimento de arrecadação e extração dos dados; avaliar, à luz dos arts. 157, § 1º, 158 e 158-A a 158-F do CPP, se foram preservadas a integridade e a autenticidade dos vestígios digitais; e definir, com

fundamentação própria, a admissibilidade da prova digital, bem como as consequências de eventual imprestabilidade para o conjunto probatório.

A orientação é ilustrada pela seguinte ementa:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (ART. 2º, § 2º, DA LEI 12.850/2013). PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA QUANTO AO ART. 7º DA LEI 12.965/2014. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. PROVA DIGITAL EXTRAÍDA DE CELULAR. CAPTURAS DE TELA DE APLICATIVO DE MENSAGENS. CADEIA DE CUSTÓDIA. ÔNUS DO ESTADO DE DEMONSTRAR A INTEGRIDADE E A AUTENTICIDADE DOS DADOS. NECESSIDADE DE DOCUMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO TÉCNICO DE OBTENÇÃO DA PROVA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO DE APELAÇÃO PARA NOVO JULGAMENTO, À LUZ DOS PARÂMETROS DA CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição, em processo de organização criminosa armada voltada ao tráfico de drogas e emprego de armas de fogo, no qual o agravante foi condenado, com base, entre outros elementos, em dados telemáticos (capturas de tela de aplicativo de mensagens) extraídos do celular de corréu, aparelho entregue espontaneamente por sua mãe e tia após tentativa de homicídio, sendo central a discussão sobre a validade da prova digital produzida, a observância da cadeia de custódia e a suficiência de sua documentação para fins de condenação.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há três questões em discussão: (i) definir se é possível conhecer da alegada violação ao art. 7º, I, II e III, da Lei 12.965/2014 sem que o tema tenha sido objeto de debate e decisão pelo Tribunal de origem; (ii) estabelecer se as capturas de tela de conversas em aplicativo de mensagens, obtidas de celular apreendido e juntadas aos autos sem descrição e documentação dos procedimentos técnicos de extração e preservação, atendem às exigências de cadeia de custódia previstas no CPP para que sejam consideradas prova digital confiável; e (iii) determinar quais são as consequências processuais da ausência de demonstração, pelo Estado, da integridade e autenticidade da prova digital, notadamente quanto à necessidade de novo julgamento da apelação à luz de parâmetros claros sobre a cadeia de custódia.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Reconhece-se que o recurso especial preenche os requisitos gerais de admissibilidade, inclusive quanto à demonstração da relevância da matéria, por se tratar de ação penal abrangida pela presunção do art. 105, § 3º, I, da Constituição da República, incluído pela EC 125/2022.

4. Afirma-se a impossibilidade de exame da alegada violação ao art. 7º, I, II e III, da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), porque a matéria não foi apreciada pelo acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração para provocar manifestação da Corte local, incidindo, quanto a esse ponto, os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis inclusive às matérias de ordem pública, que também exigem prequestionamento (AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.721.960/SC).

5. Assenta-se que a cadeia de custódia constitui desdobramento lógico do conceito de corpo de delito (CPP, art. 158), sendo destinada a garantir a correspondência entre os vestígios originalmente arrecadados e o material efetivamente apresentado ao juiz, de modo a afastar dúvidas sobre identidade e integridade da prova, em linha com os arts. 158-A a 158-F do CPP, ainda que sua positivação tenha sido posterior aos fatos.

6. Exige-se, ao menos, que o processo de coleta, preservação e análise seja documentado de forma compreensível, verificável, auditável e repetível, de modo a viabilizar o controle pelas partes e eventual perícia independente.
7. Destaca-se que capturas de tela (printscreens) de conversas em aplicativos de mensagens, quando produzidas sem protocolo padronizado, sem descrição do dispositivo, do aplicativo utilizado e da sequência de extração, consistem em recortes visuais descontextualizados, altamente suscetíveis a manipulações (cortes, supressões, inserções) que não deixam rastro imediatamente perceptíveis, razão pela qual tais arquivos, isoladamente, configuram prova intrinsecamente frágil e dependente de documentação adequada para alcançar grau mínimo de confiabilidade.
8. Atribui-se ao Estado-acusação o ônus de demonstrar positivamente a integridade e a confiabilidade da prova digital que apresenta, não sendo admissível presumir a higidez de elementos obtidos à margem dos protocolos de cadeia de custódia, conforme já assentado por esta Corte (AgRg no RHC n. 143.169/RJ e AgRg no HC n. 828.054/RN), de modo que a ausência de documentação do percurso probatório e de garantias mínimas de "mesmidade" conduz à inadmissibilidade da prova ou, ao menos, à necessidade de reavaliação de sua validade em instância ordinária.
9. Assinala-se que a falta de documentação precisa sobre a forma de obtenção das capturas de tela, aliada à ausência de descrição das etapas de arrecadação, armazenamento e análise do conteúdo digital, torna inviável à defesa comprovar eventual adulteração, caracterizando verdadeira "prova diabólica", pois inexistente parâmetro objetivo que permita cotejar o material juntado aos autos com o conteúdo originalmente existente no dispositivo, o que compromete o contraditório substancial e inviabiliza o controle epistêmico da prova.
10. Reconhece-se que o Tribunal de origem, ao afastar genericamente a alegação de quebra da cadeia de custódia sob o argumento de que a defesa não demonstrou prejuízo nem apontou qual etapa do procedimento teria sido violada, deixou de explicitar, com base nos elementos concretos dos autos, como se deu a coleta e preservação das capturas de tela, quais atos foram praticados pela polícia, que registros existem e em que medida tais registros asseguram a correspondência entre o material apreendido e o exibido em juízo, configurando déficit de fundamentação que impede o controle desta Corte sobre a admissão da prova digital.

IV. DISPOSITIVO E TESE

11. Agravo conhecido para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de anular o acórdão de apelação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento, diante da insuficiência de motivação quanto à observância da cadeia de custódia da prova digital - elemento decisivo para a condenação por organização criminosa. No novo exame, deverá o Tribunal: (a) descrever, com base no que efetivamente consta dos autos, o procedimento de arrecadação e extração da captura de tela do celular; (b) avaliar, à luz dos arts. 157, § 1º, 158 e 158-A a 158-F do CPP, se foram preservadas a integridade e a autenticidade dos printscreens; e (c) definir, com motivação adequada, a admissibilidade ou não da prova digital e as consequências de eventual imprestabilidade para o conjunto probatório.

Tese de julgamento:

1. A apreciação de alegada violação ao art. 7º da Lei 12.965/2014, ainda que a matéria seja de ordem pública, exige prévio exame pela instância ordinária, sendo indispensável o prequestionamento, sob pena de incidência das Súmulas 282 e 356/STF.
2. A cadeia de custódia constitui condição de confiabilidade da prova digital e impõe ao Estado o dever de documentar, de forma minimamente verificável, os procedimentos de coleta, preservação e análise dos dados, notadamente quando se tratar de capturas de tela de aplicativo de mensagens extraídas de aparelho celular apreendido.
3. É ônus exclusivo da acusação demonstrar a integridade e a autenticidade da prova digital apresentada, não sendo admissível presumir sua higidez quando inexistem registros técnicos e documentação da cadeia de custódia, circunstância que pode conduzir à inadmissibilidade da prova ou à necessidade de novo julgamento em instância ordinária.
4. A ausência, no acórdão de apelação, de

fundamentação específica sobre a forma de obtenção e preservação de capturas de tela utilizadas como prova central em condenação penal enseja a anulação do julgamento e a devolução dos autos ao Tribunal de origem para novo exame, com motivação expressa à luz dos arts.

157, § 1º, 158 e 158-A a 158-F do CPP. Dispositivos relevantes citados:

CR/1988, art. 105, III, "a"; CPP, arts. 155, 157, §1º, 158, 158-A, 158-B, 158-C; Lei nº 12.850/2013, art. 2º, §2º; Lei nº 12.965/2014, art. 7º, incisos I, II e III.

Jurisprudência relevante citada:STJ, AgRg no RHC 143.169/RJ, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Rel. p/ Acórdão Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 07.02.2023, DJe 02.03.2023; STJ, AgRg no HC 828.054/RN, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 23.04.2024, DJe 29.04.2024."

(AREsp n. 2.967.413/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 9/12/2025, DJEN de 16/12/2025.)

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA**

Número Registro: 2025/0252090-1

AgRg no
AREsp 2.985.235 /
MT
MATÉRIA CRIMINAL

Número Origem: 10126354720228110000

EM MESA

JULGADO: 09/06/2026

Relator

Exmo. Sr. Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra MARIA MARLUCE CALDAS

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Secretário

Me. MARCELO PEREIRA CRUVINEL

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : EMANUEL PINHEIRO
ADVOGADO : MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO - PR083616
AGRAVANTE : GILMAR DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO : ARTUR BARROS FREITAS OSTI - MT0183350
AGRAVADO : MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CORRÉU : MARCO POLO DE FREITAS PINHEIRO
CORRÉU : ANTONIO MONREAL NETO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra a Paz Pública - Associação Criminosa

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : EMANUEL PINHEIRO
ADVOGADO : MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO - PR083616
INTERES. : GILMAR DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO : ARTUR BARROS FREITAS OSTI - MT0183350
INTERES. : MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental."

Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Messod Azulay Neto e Maria Marluce Caldas votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Marluce Caldas. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.